

O desenvolvimento econômico brasileiro

*"O desenvolvimento econômico é o resultado da ação dos empresários em busca do lucro e do comportamento dos consumidores na busca de melhor e maior satisfação de suas necessidades".
(Adam Smith, em A Riqueza das Nações)*

Vítor Wilher Rodrigues de Lima

28 de agosto de 2007

A administração Fernando Henrique Cardoso mudou a página do debate econômico nacional: ao invés de se discutir planos de estabilização passou-se a discutir crescimento econômico. Vê-se esta ruptura como um avanço, dado que desde o fim da ditadura militar o viés inflacionário era a grande preocupação da maioria dos analistas econômicos. Destarte, confundem-se corriqueiramente os conceitos distintos de crescimento e desenvolvimento econômico. Aquele se configura como simples incremento de riqueza em um dado conjunto da população. Este, pelo contrário, é uma definição mais abrangente.

Joseph Alois Schumpeter, em sua obra mais lembrada *The Theory of Economic Development – An Inquiry into Profits, Capital, Credit, Interest and Business Cycle*, define desenvolvimento econômico como:

"(...) um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular¹ ou na tendência para o equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente" (pg. 75).

Assim sendo não se pode querer confundir crescimento, um incremento linear na produção de bens e serviços em um dado período de tempo, com desenvolvimento econômico. Este se caracteriza por ser uma ruptura, uma mudança no status produtivo *ex-ante*. Um país pode experimentar um forte crescimento de seu produto, sem entretanto ter se desenvolvido econômica e socialmente. Feita essa observação, é preciso entender o porquê de o Brasil não ter alcançado o seu desenvolvimento.

O próprio Schumpeter entendia que "não é possível explicar uma mudança econômica somente pelas condições econômicas prévias. Pois o estado econômico de um povo não emerge simplesmente das condições econômicas precedentes, mas unicamente da situação total

¹ Instrumento teórico utilizado por economistas para explicar o efeito circulatório da renda em uma economia.

precedente” (Id., pg. 70). Isto é, para que um país consiga se desenvolver economicamente, é preciso que todas as relações sociais estejam em conformidade com esse objetivo. E sobre isso a historiografia brasileira parece concordar que não houve aqui uma estruturação pró-desenvolvimento.

Nesse sentido é importante fazer uma associação entre as definições extraídas do programa de pesquisa da Nova Economia Institucional (NEI) e a história econômica brasileira. A NEI se propõe a estudar o impacto das instituições no processo de desenvolvimento. A existência última de instituições é justificada pela necessidade de se fazer com que contratos sejam efetivamente cumpridos. Isto é, quanto mais sólidas forem as instituições de um país, menores serão os custos de transação² associados às diferentes operações econômicas.

O Brasil, assim como os demais países latino-americanos, é caracterizado pela inexistência de tais instituições. Assim, toda a atividade econômica é dificultada, aumentando-se o custo de se produzir, perdendo-se competitividade em relação aos concorrentes estrangeiros. Esse “defeito de fábrica”, digamos assim, foi nos imposto pela extremada importância que os colonizadores portugueses davam às relações sociais no momento de fazerem negócios. Destarte o fato de que essa característica foi necessária ou não no processo de colonização do Brasil, o importante é que isso dificultou a penetração de uma economia de mercado impessoal, voltada para a troca de mercadorias entre produtores e consumidores.

A epígrafe desse artigo nos remete a idéia de uma economia regida pelas leis do mercado. Longe, claro, de considerar tais leis perfeitas, o fato é que quanto mais difícil um ambiente torna as trocas, mais distante do desenvolvimento estará. Assim, ao invés de pensar o desenvolvimento como monopólio do Estado, é preciso pensá-lo como algo que se dá pelo avanço espontâneo das forças de mercado. Quanto mais facilmente essas forças consigam se reproduzir, mais rápido se alcança o desenvolvimento.

Dita de outra forma, imagine que um indivíduo possua capital e queira investir em um empreendimento produtivo. Para fazê-lo ele precisa acreditar nas instituições. Ou seja, ele precisa acreditar que caso produza encontrará compradores, encontrará um mercado de crédito desenvolvido, encontrará um sistema jurídico eficiente, que garanta a validade dos contratos estabelecidos etc. Caso um empreendedor não tenha essa confiança nas instituições, ele não produzirá. Preferirá “viver de renda”, financiar o governo, via compra de títulos públicos. O custo de oportunidade imposto por um país que mantém juros básicos de dois dígitos é, portanto, altíssimo.

Assim, é preciso retomar o debate das instituições. Antes de pensar em questões estritamente econômicas, como a melhoria da produtividade da mão de obra (via aumento da qualidade da educação) ou redução da taxa de juros, é preciso construir um ambiente propício ao

² “Custos potenciais de rompimento dos acordos, implícitos ou explícitos, estabelecidos para realizar empreendimentos conjuntos, em condições de racionalidade limitada e de presença de comportamentos oportunistas” (Newton Paulo Bueno).

desenvolvimento econômico. E isto não se dá de maneira trivial. Modificar o ambiente social exige não tão somente, como muitos pensam, a implementação de reformas econômicas. A tal mudança na superestrutura é uma bandeira que vem sendo levantada pela maioria dos economistas sem que de fato ela seja uma mudança possível, *per se*.

Modificar o ambiente de negócios brasileiro exige que seja, primeira e principalmente, modificado a relação existente entre o Estado e a sociedade. E sobre esse aspecto, mais uma vez, a história brasileira nos fornece subsídios de análise. O Estado brasileiro mantém a sua tradição em sobreviver a partir de poucas estruturas produtivas, sem se importar (?) em construir um ambiente favorável a todos os tipos de produção pertinentes. Esse paradigma orientou, por exemplo, a política cambial brasileira, mantendo-a artificialmente desvalorizada, beneficiando alguns poucos produtores de café, em detrimento do conjunto da população. Isto porque, era a partir do café que o governo retirava a maior parte de suas receitas.

Atualmente, o Estado busca se financiar sem levar em consideração o impacto que gera na sociedade produtiva. O tal custo de oportunidade sobre o qual fizemos referência é a mais clara imposição desse modelo. Afinal, quem em pleno uso de racionalidade econômica irá investir em um empreendimento que promete dar um retorno abaixo de 10%? Seria desnecessário citar que a maior parte das micro e pequenas empresas fecha as portas antes de completar um ano de abertura. Essa precocidade, entretanto, demonstra o quão frágil é o capitalismo brasileiro.

Essa relação do Estado com a sociedade está longe de gerar externalidades negativas apenas no setor produtor. Muito pelo contrário, estas são sentidas em todo o conjunto da população. Isto porque, quanto mais difícil é a abertura e a manutenção de empresas, mais difícil é para os indivíduos, por exemplo, a conquista de um emprego. O fenômeno do emprego estatal nada mais é do que a cabal demonstração de que o mercado de trabalho brasileiro sofre de estagnação extrema. Na falta de um emprego privado digno, muitos competentes e qualificados profissionais buscam no seu substituto estatal o seu ganha-pão.

Mais que tudo, ainda que o foco da mudança esteja na relação estrita entre Estado e sociedade, é preciso que os agentes econômicos tenham a firme consciência de que sem uma alteração dessa relação dificilmente o desenvolvimento econômico será iniciado e mantido. Assim sendo, cabe aos agentes representativos (empresários, principalmente) a tarefa de mobilizar o corpo social em busca dessa alteração. Quando a sociedade compreender que somente através da mudança de paradigma existente entre o Estado e o processo produtivo o desenvolvimento econômico será possível, o Brasil estará dando um passo importante e definitivo nessa direção. Sem isso, continuaremos debatendo reformas parciais, sem entender o processo completo.